

A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE COMO HERANÇAS DA COLONIZAÇÃO E DOS PERÍODOS DITATORIAIS: a segurança pública como refém da história do Brasil

VIOLENCE AND CRIMINALITY AS HERITAGES OF COLONIZATION AND DITATORIAL PERIODS: public security as a hostage to history of Brazil

Jessica Silva Facio¹
Angela Quintanilha Gomes²

Resumo: O presente artigo busca fazer uma discussão teórica sobre alguns períodos históricos do Brasil que têm forte relação com a segurança pública. Para isso, utiliza-se autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda para a compreensão das origens portuguesas do país. Além disso, proporciona a percepção de autores como Thomas E. Skidmore com relação ao governo provisório de Getúlio Vargas na Revolução de 1930 e também no período ditatorial do Estado Novo imposto no Brasil de 1937 a 1945. Nesse sentido, vai mais adiante onde observa a repressão e o autoritarismo instaurado pelo golpe militar de 1964 através do argumento de garantir a segurança nacional. Somando a isso, identifica o recomeço democrático com o fim da ditadura em 1985 e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Após anos opressivos, carregados de violência e criminalidade, com a CF/88 é possível verificar leis que asseguram políticas básicas para a vida da população. A história não só proporciona o entendimento necessário para o presente e futuro, mas também a compreensão de características herdadas do passado.

Palavras-chave: História do Brasil; Políticas Públicas; Segurança Pública.

Abstract: This article seeks to make a theoretical discussion about some historical periods in Brazil that have a strong relationship with public security. For this, authors such as Gilberto Freyre and Sérgio Buarque de Holanda are used to understand the Portuguese origins of the country. In addition, it provides the perception of authors such as Thomas E. Skidmore in relation to the provisional government of Getúlio Vargas in the Revolution of 1930 and also in the dictatorial period of Estado Novo imposed in Brazil from 1937 to 1945. In this sense, it goes further where it observes the repression and the authoritarianism instituted by the military coup of 1964 through the argument of guaranteeing the national security. In addition, it identifies the democratic resumption with the end of the dictatorship in 1985 and the promulgation of the Federal Constitution of 1988. After oppressive years, fraught with violence and crime, with a CF / 88 it is possible to verify laws that ensure that the basic policies for the life of the population. History does not need the understanding needed for the present and future, but also the understanding of the characteristics of the past.

Key-words: History of Brazil; Public policy; Public security.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão teórica com relação aos períodos históricos do Brasil que possuem traços violentos e criminosos. A primeira questão a ser tratada envolve a colonização portuguesa através de Gilberto Freyre (2006) e Sérgio Buarque de Holanda (1995), onde há a possibilidade de observar as relações de dominação e exploração tanto do solo brasileiro quanto de negros e índios como escravos. Após a identificação das origens do Brasil, é interessante pontuar o período governado por Getúlio

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja e graduada em Ciências Sociais – Ciência Política pela mesma instituição. E-mail: jessicacsecp.unipampa@gmail.com

² Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional na Universidade Federal do Pampa, campus São Borja e professora adjunta do curso de Ciências Sociais – Ciência Política na mesma instituição. E-mail: angelaqg@terra.com.br

Vargas, isto é, a Revolução de 1930 e o Estado Novo a partir da concepção de autores como Thomas E. Skidmore (2010), por exemplo. Num terceiro momento, são destacados alguns pontos sobre o golpe militar de 1964 e suas características na busca por legitimidade, como o trabalho de Sonia Regina de Mendonça e Virgínia Maria Fontes (2006). Por fim, ressalta-se o novo recomeço democrático pela promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e a garantia de direitos fundamentais que a mesma propunha como é o caso do surgimento de políticas de segurança pública.

A origem colonial do Brasil e a repressão a partir da Revolução de 1930

Até se tornar uma República o Brasil passou por diversas transformações. Períodos diferentes antecederam a promulgação da Carta Constitucional de 1988, onde direitos extremamente importantes foram assegurados por leis. O passado brasileiro é marcado pelo trabalho escravo, tráfico, relações de dominação, violência, entre tantas outras questões enraizadas por uma elite patriarcal. A colonização portuguesa possibilitou abusos tanto aos negros quanto aos índios, além da violência física e psicológica enfrentada por homens e mulheres. Várias obras retratam essa origem e proporcionam a compreensão de alguns traços culturais que prevalecem atualmente.

Gilberto Freyre (2006) em *Casa Grande & Senzala* traz a relação de convivência de culturas que divergem entre si. Busca enaltecer o método colonizador do português, além de defender a continuação de tais raízes coloniais. Para ele, a sequência de um elitismo patriarcal seria o melhor para o Brasil. Nesse caso, não simpatiza com a ideia de um futuro diferente, já que preza pela manutenção das características que proporcionaram a colonização portuguesa. A escravidão está muito presente na obra de Freyre, porém com certa “suavidade” ao se posicionar sobre a questão. Dessa forma, ao mesmo tempo em que retrata a relação entre o senhor e o escravo, coloca-se mais para o lado que revela a alegria e a doçura do negro. Quanto à violência e o domínio empregado aos escravos, Freyre prefere fechar os olhos. Conforme Freyre,

Para a escravidão, saliente-se mais uma vez que não necessitava o português de nenhum estímulo. Nenhum europeu mais predisposto ao regime de trabalho escravo do que ele. No caso brasileiro, porém, parece-nos injusto acusar o português de ter manchado, com instituição que hoje tanto nos repugna, sua obra grandiosa de colonização tropical. O meio e as circunstâncias exigiram o escravo. A princípio o índio. Quando este, por incapaz e molengo, mostrou não corresponder às necessidades da agricultura colonial – o negro. Sentiu o português como o seu grande senso colonizador, que para completar-lhe o esforço de fundar agricultura

nos trópicos – só o negro. O operário africano. Mas o operário africano disciplinado na sua energia intermitente pelos rigores da escravidão (2006, p. 322).

A realidade escravocrata brasileira foi dura e dela ainda percebe-se a herança de muitas formas de violência. Casa Grande & Senzala deixa explícito o pensamento de Freyre sobre a escravização do negro, que segundo ele “(...) foi um esteio indispensável. Eles deram uma contribuição excepcional à colonização portuguesa e foram também civilizadores do Brasil” (REIS, 2007, p. 64). Todavia, Freyre demonstra-se incomodado com a miscigenação e desaprova a figura do brasileiro de origem mestiça. De acordo com ele, percebe-se o Brasil com a ótica elitista, o que o faz sentir falta do controle patriarcal. Sendo assim, “Freyre prefere a continuidade à mudança, ou a mudança dominada pela continuidade. Seu olhar sobre o futuro do Brasil é pessimista (...)” (REIS, 2007, p. 81).

Ainda com relação a colônia portuguesa instalada em solo brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda (1995) relata a temática em Raízes do Brasil por uma outra perspectiva. Assim como Casa Grande & Senzala, foi escrita na década de 1930, isto é, numa fase de enormes discussões pelo momento político vivido pelo país. A ideia de Holanda apoia-se na questão de identificar o passado do Brasil a fim de vislumbrar um novo futuro. Ao contrário de Freyre, defende a superação do conservadorismo dos proprietários de terras e a violenta escravidão praticada por eles. Nesse sentido, percebe-se que em Raízes do Brasil sua intenção e o “Seu desejo é o de uma organização racional da sociedade, onde todos possam encontrar o seu lugar e se exprimir em sua originalidade segundo regras universais e consensuais. Um mundo sem senhores e sem escravos, habitado por cidadãos” (REIS, 2007, p. 122). De acordo com Holanda,

Eram dois mundos distintos que se hostilizavam com rancor crescente, duas mentalidades que se opunham como ao racional se opõem o tradicional, ao abstrato o corpóreo e o sensível, o cidadão e cosmopolita ao regional ou paroquial. A presença de tais conflitos já parece denunciar a imaturidade do Brasil escravocrata para transformações que lhe alterassem profundamente a fisionomia. Com a supressão do tráfico negreiro dera-se, em verdade, o primeiro passo para a abolição de barreiras ao triunfo decisivo dos mercadores e especuladores urbanos, mas a obra começada em 1850 só se completará efetivamente em 1888. Durante esse intervalo de quarenta anos, as resistências não de partir não só dos elementos mais abertamente retrógrados, representados pelo escravismo impenitente, mas também das forças que tendem à restauração de um equilíbrio ameaçado. Como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar? Enquanto perdurassem intatos e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas (1995, p. 78).

Dessa forma, Holanda visualiza um Brasil independente de traços culturais herdados do português, já que seu posicionamento reprova vários pontos como: a violência e a criminalidade exercida contra negros e índios; a exploração em busca de riquezas e a depredação da terra; os atos de corrupção adquiridos da indiferença sobre o que é público e privado; o individualismo; a indisciplina; o autoritarismo patriarcal praticado por chefes de famílias que combina perfeitamente com os anos de 1930. Por essas e tantas outras questões que Holanda reconhece a fundo o passado do Brasil com a finalidade de enxergar mudanças no futuro do país, já que um dos maiores problemas era a superação do patriarcalismo considerado, segundo Holanda:

Tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (1995, p. 82).

Além de contar com origens portuguesas obtidas por uma colonização que trouxe abusos tanto a escravos e índios quanto a terra, o Brasil tem em sua história diversos momentos presididos por tensões. Um deles é exatamente em 1930, ou seja, que pode ser considerado o marco inicial de regimes autoritários no país. Surge a era do governo provisório liderado por Getúlio Vargas. No primeiro capítulo de Brasil: de Getúlio a Castello de Thomas E. Skidmore (2010) é descrito alguns acontecimentos que levaram Vargas ao poder em 1930. Candidato da oposição, por um tempo colocou em xeque o governo e estudou com cautela as possibilidades existentes para que ascendesse ao Executivo brasileiro. Militares deram cobertura a Getúlio e juntos interviram em âmbito nacional com o discurso de frear a emergência das massas. Nomeada como a Revolução de 30, culminou em diversas modificações na esfera política do país como, por exemplo, a motivação que levou ao ato revolucionário, pois

A Revolução de 1930 constitui um marco no realinhamento de forças e na rearticulação do poder político, o que fez nascer um novo grupo dirigente no país. Por isso, ela representou, de forma inequívoca, um importante fator de modificação orgânica na relação entre os grupos sociais mais significativos do país e de preparação do terreno para transformações reais no conjunto da vida social. Sem levar a uma mudança efetiva na estrutura de classes, que fizesse ascender ao poder

uma nova classe dominante e/ou dirigente, como a burguesia industrial ou o operariado, o movimento político-militar de 1930 garantiu o mínimo de reformulação necessário para se evitar que a mudança que o país necessitava pudesse vir a partir de um processo de convulsão popular de feição radical, como havia sido a revolução bolchevique na Rússia, e assim poder contar com a resignação das massas. A essência dos objetivos políticos dos setores que tomaram o poder em 1930 pode ser sintetizada na célebre frase de um dos líderes da revolução, o governador mineiro Antonio Carlos: “Façamos a revolução antes que o povo faça” (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 21).

Porém, seu líder não se deu por satisfeito e trabalhou ainda mais para maximizar o controle sobre o Brasil. Respalhado pelas forças militares do Exército, Getúlio Vargas adotou iniciativas mais rígidas a partir de 1937. Nesse sentido, houve um autoritarismo mais repressivo em razão de que,

a competição política aberta se mostrara falida e até mesmo perigosa para a unidade e a segurança nacional. A prova imediata disso era a acusação de Vargas de que o Executivo precisava ser fortalecido para combater “extremistas”. Vargas tinha agido espertamente para aumentar seu poder desde que chegara à presidência em 1930. De 1935 a 1937, entretanto, ele pôde agir no vácuo resultante do colapso total da aliança de forças que derrubou a República Velha em 1930 (SKIDMORE, 2010, p. 62).

Seguindo por esta premissa, instaurado em 1937 o Estado Novo veio para se colocar definitivamente contra o surgimento de qualquer manifestação de esquerda e a quem tentasse ir de encontro a posições contrárias ao regime. Inspirado pelo modelo fascista italiano de Benito Mussolini, Vargas pôs em prática inúmeras formas de crimes e violência como torturas, assassinatos, desaparecimentos, diversos tipos de repressão e censura. No entanto, é de extrema importância esclarecer que o regime ditatorial de Getúlio Vargas não pode ser completamente igualado ao fascismo, pois que não se trata de um totalitarismo, já que este:

Em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas (...) Pressionando os homens, uns contra os outros, o terror total destrói o espaço entre eles (ARENDR, 1989, p.518.).

Com o argumento de fortalecer o Estado para garantir a segurança e a ordem da nação, o Estado Novo batia de frente a qualquer movimento que apresentasse traços democráticos. Mais uma vez o Brasil estaria novamente à longa distância de ter o domínio de uma elite repressiva apenas no passado. Todavia, além de forçar o Brasil a uma ditadura Vargas não descarta aliar-se ao povo, isto é, ele usufrui da população como uma forma de tornar seu governo legítimo. Sendo assim,

o Estado Novo acabou por “reinventar” a participação da sociedade na vida política, alçando a dimensão social a uma posição de instância inquestionavelmente legitimadora do poder político. Para isso, utilizou-se de instrumentais políticos que possibilitaram o diálogo virtualmente “direto” do *corpus* social com o Estado, personificado na figura do governante, substituindo os mecanismos convencionais de representação política próprios aos regimes liberais-democráticos. Vargas percebera que não era possível governar alheio á vontade das massas (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 35, grifo do autor).

Por isso, percebe-se que Vargas soube manter a postura agressiva que um ditador necessita, mas ao mesmo tempo esteve “flexível”, carismático e “receptível” as demandas populares. Após o fim deste período em 1945 com o processo de redemocratização, obteve-se uma fase um tanto calma comparada ao momento iniciado em 1930. As tensões e disputas mais acirradas pelo poder voltam com força nos anos de 1960. Com relação a essa época, o Brasil passou a enfrentar mais um momento de crise. Como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. escreve sua visão sobre o passado, presente e futuro no instante em que as coisas começam a mudar novamente. Em *A Revolução Brasileira*, Caio Prado buscou abrir espaço para debates para utilizar “da teoria e da análise histórica do Brasil e fazer, então, as suas propostas de intervenção revolucionária” (REIS, 2007, p. 185). Da mesma forma que Holanda, percebe-se que ele pretende acreditar em um futuro diferente para o Brasil, isto é, a revolução para ele seria realmente deixar para traz a colônia e abraçar fortemente o nacionalismo. No entanto,

Não se pode enquadrar a revolução brasileira em esquemas adequados a outras realidades. É preciso conhecer a realidade brasileira e reconhecer a dialética de continuidade e mudança em sua especificidade. É necessário distinguir as realidades históricas, seus desenvolvimentos particulares, e não misturá-los em uma falsa teoria, que fale de todas e de nenhuma (...) A utopia que sustenta a análise do Brasil feita por Caio Prado é a da solidariedade socialista, a do desenvolvimento de todos os povos em sua singularidade, com a sua soberania, desenvolvendo-se e ajudando-se mutuamente sem se explorarem reciprocamente. Desenvolvimento, modernização e progresso com emancipação e autonomia nacional – eis a sua utopia (REIS, 2007, p. 201).

Dentro desse contexto surgem mais atos de violência no país. O Brasil tem desde suas raízes o domínio político elitista e sua legitimidade buscada pela força. Diversas maneiras foram utilizadas para chegar e se manter no poder. A criminalidade, os atos violentos, a corrupção, o roubo, os abusos e mortes veem de berço. É impossível despir-se completamente de traços culturais e tradições desenvolvidas no passado para que um futuro com novas características e expectativas se inicie. A sociedade é composta por pessoas diferentes e pela

pluralidade de pensamentos. Nota-se isso justamente pelos posicionamentos dos autores supracitados, pois

o que os diferencia e aproxima, o que os separa e agrupa, é uma representação particular do tempo histórico brasileiro. As duas categorias fundamentais que permitem a inteligibilidade e diferenciação desses discursos sobre o Brasil são categorias temporais: *mudança* e *continuidade*. Esses autores realizaram fundamentalmente uma articulação de mudança (processo, modernização, progresso, revolução, na direção da independência e autonomia) e continuidade (estrutura, permanência, tradição, resistência, conservadorismo, que significam dependência e heteronomia). O conhecimento histórico é o conhecimento das durações humanas, que podem ser medidas em sua maior ou menor intensidade com os conceitos de mudança e de continuidade: este será o eixo de articulação do trabalho. *Mudança*, para o Brasil, significa a identificação das forças que produzem a autonomia e a emancipação nacional; *continuidade*, a identificação das forças que reproduzem e renovam a dependência. Por ser a história o conhecimento das durações humanas, dos homens no tempo, a articulação de mudança e continuidade, de independência e dependência, em cada presente, levou os historiadores brasileiros a reescreverem continuamente a história do Brasil (REIS, 2007, p. 14).

Desse modo, enquanto uns querem superar questões antecedentes, outros sentem falta e preferem não enxergar mudanças a sua frente. Os acontecimentos que começam a emergir em 1960 mostram mais uma vez uma elite dominante pela violência. Novamente a força militar se impõem face ao Brasil e toma conta do governo através de um golpe. Outro momento de crise enfrentado com alto índice de abuso de poder veio em 1964 para mostrar que as velhas heranças históricas ainda estavam bem vivas.

O golpe de 1964 e sua abordagem sobre a defesa da segurança nacional

Em História do Brasil recente: 1964-1992 Sonia Regina de Mendonça e Virgínia Maria Fontes (2006) relatam os fatores que antecederam o golpe de 1964, suas possíveis causas, o início e o fim do “milagre” econômico, bem como a procura incessante dos militares por algum fato que tornasse o governo legítimo. Inúmeras razões podem ser identificadas como o estopim para o golpe militar, entre elas a busca pelo poder, questões econômicas, partidárias e a mobilização das massas. Diante disso, percebe-se que:

O golpe militar veio a representar a imediata destruição das mais importantes conquistas realizadas pelos trabalhadores. Significou o fim do direito de greve, das associações de camponeses e da estabilidade no emprego através da criação do FGTS; a anulação da Lei de Remessas de Lucros e da nacionalização das refinarias de petróleo; o impedimento a todas as formas de organização popular. Iniciaram-se intervenções policiais nos sindicatos, prisões dos líderes sindicais, cassações de direitos políticos, enfim, sistematizava-se a repressão. Era o desmantelamento, pela violência, de todas as organizações populares e a sujeição dos quadros intelectuais e

da classe média que pudessem significar qualquer oposição ao regime ditatorial (MENDONÇA; FONTES, 2006, p. 19-20).

Dando continuidade, a renúncia de Jânio Quadros abriu as portas para a crise, o que possibilitou complicações para a posse de João Goulart. Os militares utilizaram de várias táticas que sustentassem o golpe e apoiados nisso criaram a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) com origem na Escola Superior de Guerra (ESG). Sendo assim, “iniciaram acirrada campanha contra o que consideravam a “bolchevização” do país, tendo como lemas básicos a segurança interna e a construção “racional” do desenvolvimento” (MENDONÇA; FONTES, 2006, p. 15).

A partir da maior mobilização de grupos da sociedade, aumentou a força dos movimentos sindicais com a intenção de reivindicar pelos direitos dos trabalhadores. Estes, então, foram direcionados “para questões mais diretamente políticas” (MENDONÇA; FONTES, 2006, p. 18). Nesse sentido, na defesa do direito ao trabalho e a terra surge a proposta de Reforma Agrária, que também seria um dos pontos que auxiliaram a derrocada de Jango, pois

ao tempo de Goulart, a questão central residia na crença, de cunho cepalino, de que a industrialização necessitava, previamente, de uma reforma agrária que garantiria o fim da inflação, baixos salários e abundância de matérias-primas, através da modernização agrícola e da superação do latifúndio tradicional, atrasado e improdutivo (...) Assim, a tragédia do governo Goulart evidencia-se na luta pela reforma agrária, onde o prosseguimento de uma política de desenvolvimento, com o alargar, simultâneo, do mercado interno e da cidadania política, esbarrava em óbices institucionais, cuja superação dependia de uma posição de força que não possuía (SILVA, 1990, p. 362).

Desse modo, com diversos problemas desde o início da década de 1960, as especulações para o golpe foram se fortalecendo. Como mencionado anteriormente, movimentos populares e a situação da economia tornaram as coisas mais graves. Levando em consideração o fator econômico, o chamado “milagre” proporcionava lucros abundantes para determinado grupo de empresas tanto do Brasil quanto internacionais. Ao diminuir gastos e visar apenas os ganhos, a mão-de-obra foi cada vez mais explorada o que minimizava mais ainda os direitos trabalhistas. Até por alguns “benefícios” que o Estado proporcionava a população, era possível ter controle de suas ações e manter a “ordem”.

Com relação a exploração do trabalho que forçava homens, mulheres e crianças a se sujeitarem a horas exaustivas de serviço lembra muito a colônia e as raízes exploratórias do português. Visualizar o objetivo, sem nenhum esforço. A cada passo da história percebe-se mais traços adquiridos no passado e nunca abandonados para um novo futuro. Outra questão

relevante a pontuar é o aumento de impostos e a inflação, que também seria um fator decisivo para o aumento da carga de trabalho, que, além disso, afetaria o consumo popular. Mais adiante esse problema teria diminuído, mas não eliminado. Com todos esses fatores o Brasil esteve cada vez mais afundado na dívida externa. Dessa maneira, de acordo com Skidmore (2010):

Três fatores contribuíram para o crescente autoritarismo do governo revolucionário. O mais importante foi a atitude dos militares, que tinham sido a causa direta da queda de João Goulart e logo emergiram como o censor ativo da vida política brasileira. Apesar de frequentes conflitos entre moderados e linhas-duras dentro da oficialidade, a maioria dos militares concordava com a necessidade de impedir o retorno à política populista [...] Um segundo fator foi a desorganização e o oportunismo da elite política, que pela lógica deveria ter constituído a oposição. Um terceiro foi a atitude de profundo ceticismo do público em geral. A suspensão arbitrária das regras políticas, por exemplo, quase não provocou reação. O público, desiludido com os erros crassos e com o oportunismo dos “políticos”, parecia aceitar resignado, pelo menos por enquanto, o governo de tecnocratas sob tutela militar (p. 368).

Todavia, por mais que houvesse certo cansaço da população para com a política do país, a ditadura militar não mediu esforços para que seu controle imposto ao Brasil fosse legitimado. Até o período do golpe de 1964 vários sistemas passaram pela vida dos brasileiros. Mendonça e Fontes (2006) afirmam que modificações ocorreram tanto no meio social quanto no próprio governo. Para os militares, os comunistas deveriam ser barrados de qualquer movimentação política. Com a finalidade de impedi-los, “a DNS definiu a prioridade do binômio segurança-desenvolvimento, bem como a ênfase na necessidade de maior equipamento e autonomia para as Forças Armadas e no fortalecimento do Estado” (p.37).

Com o passar dos anos, muitos começaram a ter objeções quanto ao golpe. Sendo assim, houve a possibilidade de reascender os movimentos oriundos da sociedade como os trabalhadores e estudantes. Porém, com o risco estabelecido pelo levante popular, atitudes ainda mais repressivas tiveram vigência no Brasil. Nesse sentido,

(...) os setores da chamada “linha-dura” militar organizaram nessa época uma série de ações terroristas visando exatamente a supressão dos resquícios liberais remanescentes (...). O resultado da conjugação dessas forças seria a edição do Ato Institucional nº. 5, em fins de 1968, consagrando a hipertrofia do Executivo e de seus poderes de exceção. Os militares transformaram-se em *poder dirigente* sobre a Nação, definidores – em nome da segurança nacional – das regras do jogo político e dos espaços de participação civil. Configura-se um processo de “interação excludente” com setores empresariais e burocráticos e de marginalização total das massas populares, que acentuou a autonomia da instituição, bem como a afirmação da “linha-dura” no centro das articulações políticas (MENDONÇA; FONTES, 2006, p. 41-42, grifo do autor).

Através de tais mecanismos extremamente conservadores e opressivos, a população brasileira passou por mais um período dominado pelo pânico. Novamente, mortes, desaparecimentos, censura e diversos outros atos de violência e criminalidade estiveram à frente do governo. Qualquer um que contestasse e se colocasse em oposição ao regime estaria condenado à subversão. Protestos e mobilizações eram considerados como baderna e desafiantes da ordem estabelecida pelos militares. Percebe-se que a maior tentativa de legitimidade para com o golpe seria o argumento da garantia da segurança nacional e conseqüentemente o Brasil como um país desenvolvido no futuro. Nitidamente e mais uma vez, para eles essas duas palavras faziam sentido: “ordem e progresso”. Uma Nação controlada em várias esferas e sem direitos que seriam comuns ao público, só evoluiria pela repressão do regime militar. Por isso,

O golpe de 1964 e o regime autoritário que se instalou em seguida não podem ser vistos, assim, como fatos inexplicáveis e dominados pelo campo da fatalidade. Especificamente, o golpe de 1964 não pode ser atribuído nem a aspectos estruturais da economia, tomados como inevitáveis – uma vez que estes já existiam quando o golpe foi abortado em 1961 -, nem a uma confrontação política inevitável, provocada por uma poderosa e implacável coalizão direita, sem que os outros atores políticos, especialmente os setores nacionalistas e de esquerda, sejam eximidos em suas condutas, posicionamentos e responsabilidades (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 69).

De acordo com isso, os fatos não justificam as formas e tentativas de autenticidade da gestão, pois nenhuma força pode ser considerada racional para que o poder possa ser alcançado de maneira golpista. A violência não deve ser encarada como normal, muito menos como o único meio de trazer algo a legalidade. Porém, ela também foi utilizada por alguns setores da população, pois estes entendiam que “A violência do Estado pós-AI-5 convenceu a amplos segmentos de que a ditadura assim fortalecida só poderia ser derrubada pela força das armas” (MENDONÇA; FONTES, 2006, p. 46). Nesse caso, com toda essa resposta das pessoas para com os acontecimentos advindos do Estado, os militares agiriam com ainda mais força. Com a instauração de um bipartidarismo o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) tornou-se a maior oposição ao militarismo representado pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional) que buscava mais uma forma de legitimidade pelo voto e aprovação popular. Por isso e por diversas outras questões que,

o grau de envolvimento que os militares assumiram em inúmeros setores da vida nacional, sempre convencidos da sua superioridade administrativa e seguros do seu neutralismo político desde os primeiros dias do golpe, deixava entrever uma ação continuada e de longa duração (SILVA, 1990, p. 368).

Durante o tempo de ditadura militar o regime começava a entrar no esgotamento de suas forças tanto econômicas quanto políticas. O fim do “milagre” e a crise do governo abriu novamente as portas para que sociedade enxergasse um recomeço democrático. Isso seria vislumbrado a partir de 1984, mas 1970 já estava marcado por fortes mobilizações populares. Péssimas condições de vida e de trabalho eram alarmantes, o que ocasionou no cansaço da população. Vários acontecimentos frisaram esse momento como: reivindicações por transporte, reajuste salarial, melhores condições de trabalho, entre outras questões (MENDONÇA; FONTES, 2006). Dessa maneira, “O processo político-partidário dos anos 70, como vimos, ilustra o complexo processo da transição política brasileira e nos dá as chaves para a compreensão da “Nova República” (MENDONÇA; FONTES, 2006, p. 78).

O recomeço democrático através da Constituição Federal de 1988

Após conturbados anos de autoritarismo militar instaurados pelo golpe de 1964, o Brasil pós-84 começa a inclinar-se para um novo recomeço democrático. O fim dos 21 anos de governo sob tutela dos militares veio em 1985. Porém, a promulgação da Constituição Federal estabeleceu-se apenas três anos depois, em 1988. Nesse momento, as leis dispostas na Carta Constitucional traziam normas que assegurassem direitos que estiveram restritos aos brasileiros por muito tempo. Pode-se considerar que após esse período, os próximos anos foram:

Marcados por alterações institucionais fundamentais quanto à condução da transição para a democracia, os anos 80 acolheram mudanças importantes no campo eleitoral: o projeto de transição política redimensionou a ideia de participação política, acolheu mobilizações políticas e sociais, redimensionou o espaço público pela revalorização do voto direto. A Nova República, já implantada, ampliou as bases dos partidos, redefiniu a dinâmica das eleições pela alteração da regulamentação de campanha, ampliou o interesse do eleitorado pela política e levou a depositar na atuação partidária constituinte os rumos da democracia e da conquista dos plenos direitos de cidadania (...). Desde o início, a Nova República se apresentou à cena pública como a principal etapa na qual a aglutinação dos vários atores políticos e sociais deveria conduzir a superação da desigualdade e injustiça social, e levaria à ampliação da cidadania e à universalização dos direitos (MENEGUELLO, 2004, p. 151).

Dentro desse contexto, políticas passaram a ser pensadas para o público, visto que tais direitos não eram garantidos no passado. Questões que há muito tempo deveriam ter sido consideradas fundamentais e básicas para a vida pública só entraram em pauta com a “Constituição Cidadã”. A repressão e a violência utilizada anteriormente e que caracterizaram a Revolução de 1930 e o golpe de 1964 adquiriram o status de crime. A segurança passou a ser um direito público e o Estado que tinha o monopólio para o uso legítimo da força estaria

ali para preservá-la. O cenário finalmente parecia mudar e para melhor. Então, Silva (1990) diz que a Constituição possui:

(...) vastíssima gama de assuntos. É a mais democrática Constituição brasileira e a com maior preocupação com os chamados direitos sociais. Estabelecia eleições diretas, em dois turnos, para presidente, governadores e prefeitos, com mandato de cinco anos; o presidencialismo como forma de governo; a independência dos Três Poderes; restringe a atuação das Forças Armadas; voto facultativo, extensivo aos analfabetos e maiores de 16 anos por iniciativa própria. Porém, a característica mais importante da Constituição de 1988, que lhe valeu o epíteto de “Constituição Cidadã” foi a incorporação de uma série de direitos civis e sociais. Os direitos civis clássicos são amplamente assegurados (liberdade de expressão, reunião, privacidade garantida, a inviolabilidade do domicílio, da correspondência e das comunicações e a proibição de prisão sem decisão judicial) (p. 391)

Então, no Brasil, a questão da segurança pública começou a obter maior atenção apenas após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir desse período, ficou estabelecido que o governo teria de trabalhar em conjunto com a sociedade para que a segurança dos cidadãos brasileiros fosse encarada como um bem crucial de direito público. Desse modo, “[...] os interesses e as contradições, inerentes à dinâmica das relações entre governantes e governados, constituem o fundamento da construção política” (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 61).

O governo brasileiro através da CF/88 passou a pensar em programas que enfrentassem os problemas da segurança pública no país. Surgiram várias tentativas de solucionar a questão da criminalidade como o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) iniciado no ano 2000. Porém, apenas um Plano Nacional não foi o suficiente. A partir disso, o governo passa a elaborar outras políticas que apoiadas no PNSP trabalham para garantir a segurança da população. A sociedade brasileira já enfrentou várias fases relativas à política no país. Levou muito tempo para que alguns direitos se tornassem públicos. Como mencionado anteriormente, somente após a CF/88 que as políticas começaram a ser formuladas para o bem público. Nesse sentido,

(...) a política de segurança pública passa a ser pensada sob o contexto de uma sociedade democraticamente organizada, pautada no respeito dos direitos humanos, em que o enfrentamento da criminalidade não significa a instituição da arbitrariedade, mas a adoção de procedimentos tático-operacionais e político-sociais que considerem a questão em sua complexidade (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 62).

A segurança pública no Brasil sofre muitos impasses por conta da pluralidade social. Com isso, é essencial que o governo esteja preparado para suprir as necessidades de uma

população diversificada, a partir da criação de políticas públicas específicas para cada problema. A segurança pública não pode ser encarada de modo geral, pois existem muitos grupos sociais, os quais cada um busca se identificar e se encaixar de acordo com as suas demandas. Percebe-se então que em relação

a dinâmica da criminalidade, será sempre indispensável reconhecer a multiplicidade de dimensões envolvidas: desde a economia à saúde, da estrutura familiar às escolas, do cenário urbano à disponibilidade de transporte, das condições habitacionais ao acesso ao lazer, das oportunidades de emprego às relações comunitárias, do perfil psicológico predominante, em cada situação típica, ao potencial cultural presente nos movimentos musicais ou estéticos da juventude. Nada disso deve ser examinado de uma perspectiva genérica e abstrata, mas de modo bem concreto, segundo as manifestações específicas do território em questão – e de seus habitantes (SOARES, 2006, p. 96).

Desse modo, quando um problema social é identificado surge uma política pública. Portanto, se tal problema for considerado importante para o bem coletivo e pelos formuladores de políticas públicas, a temática será inserida na agenda governamental (*agenda-setting*). Por isso, é extremamente importante perceber como funciona esse processo, pois “[...] são questões fundamentais para a compreensão da dinâmica da ação estatal” (CAPELLA, 2005, p. 34).

Através da CF/88 o papel do Estado foi modificado. Ainda com heranças paternalistas e autoritárias em certas ações, mas com um viés totalmente diferente do que é identificado no passado do Brasil. Sua função com relação à segurança pública é de garantir que esse direito indispensável para a vida em sociedade esteja em vigor. Há muito que evoluir e amadurecer, já que o regime democrático, de fato ainda é muito recente. No entanto, ao olhar o passado percebe-se que grandes passos foram dados e que a concepção de que o progresso não é fruto da violência, nem da criminalidade pode funcionar para levar o país a um maior desenvolvimento.

Considerações Finais

A história do Brasil é vista de diversos ângulos e interpretada de várias formas. A colonização portuguesa trouxe consigo inúmeros costumes exploratórios. O trabalho escravo imposto aos índios e mais tarde aos negros, as relações de dominação, o poder patriarcal, a indiferença política, social e tantas outras questões estão, como diz Holanda: nas “raízes do Brasil”. Desde o descobrimento há e sempre existirão posicionamentos que reprovam, e outros que idolatram esse passado. Percebe-se com a literatura abordada que muitos aspectos

identificados no método colonizador do português estão destacados em outras fases do Brasil. Com relação ao início de foi válido períodos autoritários no país, pode-se considerar que o uso da força sempre foi válido para o alcance do poder político. A Revolução de 1930 e o Estado Novo impuseram a repressão como forma de frear a ascensão das massas.

Mais adiante e ainda com o argumento de barrar a participação popular, instaura-se o golpe militar de 1964 com a “desculpa” de garantir a ordem, a segurança e o desenvolvimento nacional. Novamente atitudes opressivas tomaram conta da sociedade brasileira através de torturas, assassinatos, desaparecimentos e diversos tipos de censura. Não era permitido de posicionar contra o regime, já que isso poderia ocasionar em atos de violência e criminalidade. Percebem-se alguns traços coloniais nesse processo, pois o poder nas mãos de uma elite patriarcal já é algo familiar.

Finalmente, as coisas só começar a mudar com o fim do autoritarismo militar em 1985. A promulgação da CF/88 fez com que os brasileiros pudessem vislumbrar um novo futuro. Direitos fundamentais foram assegurados e políticas foram adotadas para que o Estado ocupasse o papel de defensor da sociedade. Justamente o contrário do que foi visto durante muitos anos: o governo vira o protetor da população e deve se colocar contra o uso da violência e da força. As políticas de segurança pública começam a ser pensadas nesse momento. Porém, as especificidades do Brasil permitem que se observe a olho nu algumas heranças do passado. Ainda existem elites dominantes, a opressão disfarçada de diversas formas, a corrupção, a violência e inúmeras modalidades de crimes. Todavia, sem tais direitos assegurados por leis, a situação poderia não ter mudado. Há muito que evoluir, há muito que aprender e superar. Isso faz com que sejamos reféns de características culturais e históricas. O passado ainda está no presente e é preciso conhecê-lo a fundo para entender o caminho que levará ao futuro.

Referências

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; COELHO, Hercídia Mara Facuri. **Política e sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas. **Trabalho apresentado em XXIX Encontro Anual de ANPOCS**, 2005.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 14,

n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a07.pdf>. Acesso: 18 de julho de 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. Ver. – São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1992**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2006.

MENEGUELLO, Rachel. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994. In: DAGNINO, Evelina. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

_____. Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos avançados**, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28629>. Acesso em: 24 de julho de 2017.